

Saúde: uma solução ao nosso alcance

A. GOMES DA COSTA

Os chamados “hospitais filantrópicos” desempenharam sempre um papel importante no setor da saúde. De um lado, por não dependerem das verbas do orçamento público, ficaram imunes à negligência dos governos e às injunções da política; e, do outro, por serem entidades sem fins lucrativos, não têm a obrigação de remunerar o capital, ou de enriquecer os acionistas, como acontece com as clínicas particulares.

Sem recuarmos às “Santas Casas” e às “Ordens Terceiras”, podemos dizer que os “hospitais filantrópicos” aparecem no Brasil, pela primeira vez, com as “Beneficências Portuguesas”, poucos anos depois da independência. Os emigrantes, sem nenhum apoio das autoridades, resolvem constituir sociedades onde possam procurar auxílio e assistência nos dias de doença e de infortúnio. O poder público não cuidava da saúde, ou cuidava muito pouco, e com as epidemias que devastavam as grandes cidades, as populações, aflitas e em pânico, não encontravam lugar nos hospitais das ordens religiosas, nem nas “Santas Casas”.

Isso contribuiu também para o número de “Beneficências” aumentasse rapidamente: em 1840, é criada a do Rio de Janeiro; depois vem a de São Paulo, a de Belém, a de Manaus, a de Recife, a de Por-

to Alegre etc., todas seguindo idêntico formato e mantendo os mesmos objetivos de solidariedade.

O exemplo dos emigrantes portugueses não demorou a ser seguido por italianos, espanhóis, sírios e libaneses e é interessante sublinhar que embora se tratasse de instituições voltadas originalmente para atender as “colônias”, assumiram, entretanto, desde o início, um caráter universal e passaram a atender em suas enfermarias toda a população, sobretudo os segmentos mais desprotegidos, independentemente de a pessoa ser sócia ou não.

Numa primeira fase as “Beneficências” viveram das contribuições dos associados, da filantropia dos comerciantes da praça, das doações dos senhores de penção e dos testamentos e codicilos daqueles portugueses que tendo feito fortuna lhes deixavam parte de seus bens, como às irmandades ou “Santas Casas”.

Até hoje ainda nos causa emoção ler o testamento do comendador Paulo Felisberto Peixoto que dispõe de sua imensa riqueza para distribuí-la integralmente por entidades filantrópicas, ou, então, tomar conhecimento do rol das despesas do Pavilhão da Imaculada Conceição, que eram pagas, a cada mês, por um “mordomo”, escolhido dentre as figuras mais abastadas da “colônia”.

Tudo isto, naturalmente, acabou e é o Estado, que já em décadas mais recen-

tes, como responsável pela gestão da Previdência Social, vai obrigar essas entidades a desfazerem-se de seus patrimônios para não fecharem as portas. É que pelo regime de convênios, assinados para dar assistência médico-hospitalar aos segurados, dá-se início a uma “sangria” de recursos que põe em perigo a sobrevivência das instituições. Desde os preços dos serviços às “glosas” do faturamento; ou desde a impontualidade na liquidação das faturas ao processo inflacionário com a erosão de recursos e a impossibilidade de reajustes, o que se fez, nesse período, é um bota-abixo inominável pelo qual, como Pilatos, todos lavaram as mãos.

Hoje, passado esse período de crise, os “hospitais filantrópicos” voltam a ter uma posição de relevo no setor da saúde. Senão vejamos: numa ponta, está o poder público com suas mazelas e seus organismos voltados para as populações mais carentes, via SUS ou via Previdência; na outra ponta, estão os hospitais particulares, cujos preços só podem ser suportados por uma minoria de renda elevada. Entre um extremo e outro situam-se os hospitais do tipo “Beneficência Portuguesa”, que tanto pela qualidade dos serviços como pela infra-estrutura estão voltados para a classe média. É a única alternativa que existe para esta escapa do hospital público, onde se morre na entrada, ou de não sufocar na casa de

saúde particular, onde se morre de susto, na hora da alta, com o tamanho da conta...

Óra, uma das formas mais diretas para garantir ao cidadão da classe média essa assistência médico-hospitalar e dar-lhe uma certa segurança, sem falarmos em “planos de saúde” das empresas privadas, é o seu ingresso, como sócio, na instituição. Com a estabilidade da moeda, isso voltou a ser possível. Assim como antigamente as famílias tinham a preocupação de fazer parte de uma “Beneficência” — era o melhor que se poderia legar a um filho! — agora tornou-se viável retomar essa prática e estabelecer uma relação especial com entidade mais do que secular, cuja história, de tão fascinante, levou de certa feita alguém a dizer que a “Beneficência Portuguesa” não é obra dos homens porque é obra de Deus.

Dentro desta linha de pensamento é que se está a promover uma campanha de novos sócios. Mediante o pagamento de uma contribuição mensal, podemos não apenas usufruir dos serviços que a “Beneficência” oferece, desde os médicos de excelência aos equipamentos de ponta, mas, acima de tudo, integrar os quadros de uma instituição que sempre foi razão de orgulho para portugueses e brasileiros.

A. GOMES DA COSTA é presidente do Real Gabinete Português de Leitura.